

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.006/2026

O **Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC**, através do Pregoeiro(a) designado(a) pela Portaria nº 22, de 08 de maio de 2025, publicada no D.O.U de 09 de maio de 2025, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de **Licitações e Contratos da CEITEC**, realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **menor preço global**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 05 de maio de 2026.

HORÁRIO: 09:00 h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CÓDIGO UASG: 245209

PROCESSO: 01213.003118/2026-02

ITEM – ASSUNTO

- 1 - DO OBJETO
- 2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
- 3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
- 5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- 6 - DA FASE DE JULGAMENTO
- 7 - DA VISTORIA
- 8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO
- 9 - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO
- 10 - DOS RECURSOS
- 11 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
- 12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
- 13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços jurídicos, sob demanda, especializados em direito e processo do trabalho, com atuação perante a Justiça do Trabalho em todas as instâncias e em todo território nacional, em ações trabalhistas individuais e coletivas nas quais a CEITEC S.A seja parte, terceira ou interessada, independentemente da fase processual, conforme descrito no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 02 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. No caso de eventualmente as especificações do objeto descritas no COMPRAS GOVERNAMENTAIS não estarem idênticas às especificações deste Edital, prevalecerão aquelas constantes no instrumento convocatório publicado.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

- 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **01 %(um por cento)**.

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19.6. Não obstante a classificação dar-se com base no menor preço global/por lote, a CEITEC não contratará por valores unitários superiores aos estimados.

5.19.7. Sendo o ultimo lance da licitante acima dos valores previstos neste edital (item e/ou global) será questionada via chat sob o interesse em atender o exigido no item 5.19.6, no prazo de 10 (dez) minutos a contar do registro do questionamento. Caso responda positivamente no prazo descrito, será feita convocação da proposta negociada. Caso negativo, a proposta será recusada via sistema.

5.19.8. Todas as comunicações da Pregoeira serão via chat do sistema. Não desconectar da plataforma sem a certeza que o pregão foi encerrado ou suspenso.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> abrangendo o cadastro de Licitantes Inidôneos – TCU; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA) – CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) – Portal da Transparência e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) – Portal da Transparência.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em **nome da empresa licitante** e também de seu **sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do

preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.6.1. conter vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA VISTORIA

7.1. Não se exigirá que o licitante realize vistoria do local de entrega do bem/prestação dos serviços, tendo em vista a natureza do objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado

no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados eletronicamente e anexados no sistema.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese do licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; **(Devido ao objeto licitado Onde se lê “Registro Civil de Pessoas Jurídicas” – Leia-se Conselho Seccional da OAB)**

9.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

9.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.3.3.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.3.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.3.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.3.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.4.1. A LICITANTE deverá fornecer Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido satisfatoriamente serviços compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação.

9.4.1.1. O Atestado deverá conter: Nome do responsável pela empresa/órgão público emitente, nº do CNPJ e telefone válido para contato. Serão efetuadas diligências para confirmar os dados e os serviços descritos no atestado/declaração. Caso não seja possível a confirmação das informações por falta de dados ou qualquer outro motivo alheio à vontade do CEITEC, a LICITANTE será automaticamente desclassificada.

9.4.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.4.2. A LICITANTE deverá comprovar que preenche todos os requisitos previstos nos itens 2.1.3.8; 2.1.3.9; 2.1.3.10; 2.1.3.11; 2.1.5.5; 2.1.5.6; 2.1.5.7; e 2.1.5.8., apresentando os documentos conforme definido abaixo, sob pena de desclassificação.

9.4.2.1. Comprovação de equipe de no mínimo 4 (quatro) advogados devidamente escritos na OAB, devendo estes possuírem atuação em pelo menos 03 (três) processos por ano nas áreas do direito objeto da contratação:

- a) Cópia da carteira da OAB ou certidão de inscrição ativa emitida pela Seccional da OAB correspondente, válida na data da proposta;
- b) Currículo profissional detalhado e assinado, contendo histórico profissional, vinculações anteriores e processos relevantes na carreira;
- c) Certidões emitidas por tribunais, órgãos públicos, ou declarações de clientes que demonstrem a atuação em processos judiciais trabalhistas;
- d) Declaração da empresa licitante informando a designação dos advogados que atuarão no contrato, vinculando-os à execução do objeto;

9.4.2.2. Ao menos 1 (um) advogado com inscrição na OAB/RS (principal ou suplementar):

- a) Certidão de inscrição da OAB/RS (pode ser principal ou suplementar), em nome de 1 (um) dos 4 (quatro) advogados já indicados na equipe.

9.4.2.3. Comprovação de profissional capacitado para conferência de cálculos trabalhistas:

- a) Certificado de conclusão de curso com carga horária superior a 30 horas, com conteúdo programático relacionado à conferência de cálculos judiciais trabalhistas, ou Diploma de especialização (pós-graduação lato sensu) com foco em liquidação de sentença trabalhista, cálculos judiciais ou execução trabalhista;
- b) Declaração da licitante designando esse profissional para a execução dessa atividade, podendo ser um dos advogados da equipe jurídica.

9.4.2.4. Para Comprovação do item 2.1.5.5 do Termo de Referência – Reuniões presenciais mensais, apresentar:

- a) Declaração formal de compromisso, assinada pelo representante legal, de que realizará reuniões presenciais semanais na sede da CONTRATANTE, com a indicação de disponibilidade para comparecimento em Porto Alegre – Estrada João Oliveira Remião, 777, Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS; e
- b) Quando da contratação, indicação nominal dos profissionais que participarão das reuniões, acompanhada de comprovação de vínculo com a LICITANTE e com a carteira de processos da CEITEC (extrato de realização de peças, e-mails trocados com o jurídico interno, audiências realizadas na carteira, ata de reunião de alinhamento), ou seja, com a condução da demanda, devendo ser indicado o nome do profissional a ser validado pela CEITEC.

9.4.2.5. Para comprovação do item 2.1.5.6 – Alocação profissional e comparecimento semanal, apresentar:

- a) Declaração de que disponibilizará, no mínimo, 01 (um) profissional responsável pela condução da carteira, a ser validado pelo Jurídico Interno da CEITEC, para realização das reuniões presenciais semanais ou sempre que convocado na sede da CONTRATANTE – Estrada João Oliveira Remião, 777, Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS.

9.4.2.6. Para comprovação do item do item 2.1.5.7 – Submissão e padronização de teses defensivas:

- a) Declaração formal de ciência de que as teses defensivas serão previamente submetidas à validação da CONTRATANTE.

9.4.2.7 Para comprovação do item do item 2.1.5.8 – Revisão periódica das teses defensivas:

- a) Declaração formal de que realizará revisão periódica das teses defensivas;
- b) A declaração deve ser acompanhada de descrição da metodologia a ser adotada para atualização jurídica (ex.: monitoramento jurisprudencial, reuniões técnicas, revisões internas periódicas, treinamento realizados, atualizações da equipe).

9.4.2.8 Para fins de comprovação do atendimento ao disposto no item 2.1.3.8 do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar, previamente à assinatura do contrato e sempre que solicitado pela fiscalização, documentação que evidencie a disponibilidade financeira mínima exigida, equivalente ao valor necessário ao adimplemento de, no mínimo, 4 (quatro) guias de depósito recursal e de custas processuais, considerando-se, para os depósitos recursais, o maior valor vigente do respectivo teto.

- a) Declaração da CONTRATADA, assinada por seu representante legal, atestando que se compromete a manter, durante toda a vigência contratual, a disponibilidade do valor acima referido, em observância aos eventuais reajustes anuais do teto dos depósitos recursais.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. fraudar a licitação;

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes emails: licitacoes@ceitec-sa.com e esclarecimentos@ceitec-sa.com.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Porto Alegre, 16 de abril de 2026.

LUIS FERNANDO S DE CASTRO
Pregoeiro

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**TERMO DE REFERÊNCIA DE SERVIÇOS – SEM MÃO DE OBRA DEDICADA****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços jurídicos, sob demanda, especializados em direito e processo do trabalho, com atuação perante a Justiça do Trabalho em todas as instâncias e em todo território nacional, em ações trabalhistas individuais e coletivas nas quais a CEITEC S.A seja parte, terceira ou interessada, independentemente da fase processual, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A presente cláusula dispõe sobre o escopo da prestação de serviços jurídicos trabalhistas, compreendendo a atuação integral da CONTRATADA em processos judiciais de natureza trabalhista, individuais, coletivos e plúrimos, em todo o território nacional, em todas as fases de sua tramitação, inclusive em processos dependentes, quando houver. Para fins de dimensionamento da prestação dos serviços e da correspondente estimativa de remuneração, os quantitativos mensais de processos a serem atendidos serão apresentados no quadro abaixo, os quais servirão de base para a definição dos valores unitários mensais, do valor total mensal estimado e do valor total anual da contratação.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD MENSAL	VALOR UNIT MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	1	Atuação jurídica integral em processos trabalhistas individuais, em todo o território nacional, em todas as fases de sua tramitação e em processos dependentes, quando houver	Processo /mês	350	R\$ 130,00	R\$ 45.500,00	R\$ 546.000,00
	2	Atuação jurídica integral em processos trabalhistas coletivos e plúrimos, em todo o território nacional, em todas as fases de sua tramitação, independentemente do número de substituídos e nos processos dependentes, quando houver.	Processo /mês	25	R\$ 150,00	R\$ 3.750,00	R\$ 45.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 49.250,00	R\$ 591.000,00

1.3. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, haja vista, os padrões de desempenho e qualidade serem objetivamente definidos neste documento, por meio de especificações usuais no mercado.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. MÉTODOS DE EXECUÇÃO, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS E OBRIGATÓRIAS DOS SERVIÇOS:**2.1. Condições de execução:****2.1.1. A execução do objeto se dará como segue:**

2.1.1.1. Início da execução em até **10 (dez) dias contados da data da assinatura integral do contrato**, período em que deverá ser agendada uma reunião de alinhamento prévio com a equipe da Consultoria Jurídica interna da CONTRATANTE, para início da execução das obrigações decorrentes do contrato;

2.1.1.2. Todas as despesas, incluindo, mas não limitado à alimentação, deslocamento, pagamento de advogados correspondentes e montantes despendidos a título de cópias serão inclusos no preço dos serviços ora contratados;

2.1.1.3. A CONTRATADA se compromete a representar a CEITEC em todos os atos privativos da advocacia, nos limites ético-profissionais, conforme Estatuto da OAB¹ e em observação às melhores práticas cabíveis;

2.1.1.4. A CONTRATADA deverá tomar providências para que seus profissionais, ao prestar serviços, portem-se de modo adequado e tratem com respeito e urbanidade todas as pessoas a quem por ventura precisem se dirigir;

2.1.2. A prestação dos serviços a serem contratados abrangerá a atuação e acompanhamento nos processos do contencioso trabalhista, com a regular representação da CEITEC S.A nas ações movidas por e/ou contra esta empresa pública na Justiça do Trabalho, em todas as instâncias e em todo o território nacional, independentemente da fase processual. Deste modo, a CONTRATADA se compromete a representar a CEITEC em juízo, atuando nos feitos que a empresa requeira sua atuação, podendo aquela figurar como autor, réu, assistente, oponente ou simplesmente como terceiro interessado, inclusive com a elaboração de peças, acompanhamento e atendimento de todas as notificações, citações e/ou intimações nos prazos judicialmente estabelecidos, até última instância recursal, compreendendo:

2.1.2.1. O ajuizamento de ações, a elaboração e oferecimento de defesa, preferencialmente escrita, em todas as ações trabalhistas recebidas e/ou em andamento, em todo o território nacional, as quais sejam de interesse da CEITEC, incluindo, mas não limitado a Reclamatórias Trabalhistas, Mandados de Segurança, Ações de Cumprimento Individuais e/ou Convenções Coletivas, Acordos e Ações Cíveis Públicas;

2.1.2.2. A elaboração e protocolo de réplicas, manifestação sobre laudos técnicos emitidos por peritos designados pelo Juízo, memoriais, alegações finais, e demais peças pertinentes;

2.1.2.3. A elaboração e interposição de todos os recursos cabíveis – e o oferecimento de contrarrazões àqueles interpostos pela(s) parte(s) contrária(s) – em todas as instâncias e demais medidas cabíveis nas instâncias superiores;

2.1.2.4. O comparecimento e atuação dos(as) advogados(as) responsáveis em audiências, na modalidade presencial, virtual ou híbrida, conforme necessidade;

2.1.2.5. Encaminhar à CONTRATADA, mensalmente, relatório contendo a relação de todas as audiências realizadas, com a indicação das respectivas matérias de prova, quando existentes, bem como, semanalmente, a programação das audiências designadas para a semana subsequente.

2.1.2.6. Após a realização de cada audiência, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, de forma formal, relatório contendo feedback sobre o seu desenvolvimento, incluindo síntese dos principais acontecimentos, análise dos depoimentos colhidos, matérias de prova produzidas e eventuais intercorrências relevantes, bem como a indicação de providências processuais recomendadas, quando cabíveis.

2.1.2.7. A orientação dos(as) prepostos(as) indicados pela CEITEC em relação às teses de defesa em reunião de alinhamento prévia, antes da audiência agendada, com no mínimo 24h de antecedência, visando instruir de forma assertiva a atuação destes(as);

2.1.2.8. O comparecimento e atuação em eventuais mediações, conciliações, mesas de negociação sindical (ainda que extrajudiciais, porém sempre necessariamente vinculados à questão judicializada), reuniões com representantes de entidades de cunho sindical (ou outras

¹ <https://www.oab.org.br/publicacoes/AbrirPDF?LivroId=0000002837>

entidades que venham a representar os empregados, tais como Ministério Público do Trabalho e Associações de Colaboradores), etc.;

2.1.2.9. A realização de sustentações orais, atos e a elaboração de todas e quaisquer peças que se fizerem necessárias à plena e eficaz defesa dos direitos e interesses da CEITEC no processo, estando ela na condição de parte ou interessada, em todas as instâncias da Justiça do Trabalho, em todo o território nacional;

2.1.2.10. A realização de diligências necessárias para a defesa dos interesses da CEITEC, tais como, esclarecimento de dúvidas ou impulsionamento de processos via despachos com Magistrados, Assessores ou outros servidores responsáveis pelas varas judiciais, de forma presencial, ou modo permitido (ex. balcão virtual);

2.1.2.11. Elaboração e tratativas de acordos judiciais e/ou extrajudiciais em ações indicadas pela Consultoria Jurídica, conforme interesse da Administração;

2.1.2.12. A realização de diligências preparatórias para eventual ingresso de ação ou interposição de recursos, inclusive a expedição de guias para pagamento de todas as custas, taxas e depósitos assecuratórios necessários para o conhecimento de tais recursos.

2.1.3. Incluem-se, ainda, na prestação de serviços:

2.1.3.1. Apresentar manifestações técnico-jurídicas consultivas, mediante solicitações específicas pela Consultoria Jurídica acerca de matéria de iminente repercussão judicial nos processos no qual a Contratada figura como representante da CEITEC;

2.1.3.2. Apresentar manifestações técnico-jurídicas quanto a todas as decisões publicadas nos processos, independentemente da apresentação de recurso, identificando o recurso cabível e a escolha por determinada tese jurídica;

2.1.3.3. Analisar processos transitados em julgado, ainda sujeitos ao ajuizamento de ação rescisória ou quaisquer outras medidas cabíveis, em memorando próprio, nos quais a CEITEC tenha figurado como parte, informando a Consultoria Jurídica da CEITEC sobre seu posicionamento e medidas cabíveis do ponto de vista profissional;

2.1.3.4. Informar imediatamente à Consultoria Jurídica da CEITEC sobre o arquivamento definitivo de ações. As ações que forem arquivadas no mês em questão deverão constar da Nota Fiscal do mês, e serão pagas de acordo com a seguinte regra: processos arquivados até o dia 15 do mês corrente serão pagos pela metade, enquanto processos arquivados a partir do 16º dia do mês serão pagos de forma integral, e a partir do mês subsequente ao arquivamento não serão mais computados na Nota Fiscal.

2.1.3.5. Remeter as contestações produzidas para análise em prazo não inferior a 4 (quatro) dias úteis do prazo fatal processual, em horário comercial (8h às 18h), considerando que qualquer peça enviada fora deste horário será considerada como recebida apenas no dia útil seguinte;

2.1.3.6. Remeter as demais peças processuais produzidas para análise em prazo não inferior a 2 (dois) dias úteis do prazo fatal processual, em horário comercial (8h às 18h), considerando que qualquer peça enviada fora deste horário será considerada como recebida no dia útil seguinte;

2.1.3.7. Remeter guias de depósitos recursal, judicial e de custas para pagamento à Consultoria Jurídica da CEITEC em prazo não inferior a 7 (sete) dias úteis do prazo fatal processual para comprovação do pagamento, via e-mail, comprometendo-se, em caso de inviabilidade de realização deste prazo, a efetuar o pagamento em nome da CEITEC, sendo reembolsada mediante Recibo de Reembolso, que será apresentada ao Financeiro para proceder o ressarcimento;

2.1.3.8. A CONTRATADA deverá manter disponibilidade financeira suficiente para adimplir, a qualquer tempo, o pagamento de, no mínimo, 4 (quatro) guias de depósito recursal e de custas processuais, considerando-se, para os depósitos recursais, o maior valor vigente do teto dos depósitos recursais, conforme disposto no item 2.1.3.7. Os referidos pagamentos poderão ser solicitados com antecedência mínima de até 24 (vinte e quatro) horas do prazo fatal para sua comprovação nos autos.

2.1.3.9. Alocar para a execução do contrato equipe composta por no mínimo 4 (quatro) advogados com inscrição comprovadamente ativa no Quadro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), devendo estes possuírem atuação profissional em pelo menos 03 (três) processos por ano nas áreas do direito objeto da contratação.

2.1.3.10. Devendo ainda, ao menos um advogado designado para atuar na carteira de processos da CEITEC, ter inscrição principal ou suplementar na OAB RS (Rio Grande do Sul);

2.1.3.11. Alocar para a execução deste contrato profissional (podendo ser advogado(a) da equipe) capacitado(a) por curso com mais de 30 horas ou especialização que possa diligenciar na conferência de todos os cálculos trabalhistas processuais realizados pela assessoria contábil da CONTRATANTE, verificando:

- Se foram deduzidos todos os pagamentos e depósitos recursais realizados no curso do processo;
- Se foram respeitados os limites e parâmetros estabelecidos na sentença e/ou decisão judicial;

2.1.3.11.1. Devendo, ainda, se necessário, prestar esclarecimentos através de Nota explicativa.

2.1.4. Cronograma de realização dos serviços:

2.1.4.1. Os serviços contratados serão realizados por demanda e sem exclusividade, cabendo à Consultoria Jurídica da CEITEC, decidir quais processos avocará ao patrocínio dos(as) advogados(as) da Contratada, segundo critérios de oportunidade e conveniência, de acordo com sua estratégia de atuação;

2.1.4.2. Também de acordo com estratégia jurídica ou de gestão, oportunidade e conveniência, poderá a CEITEC retirar a qualquer tempo, qualquer ação judicial do rol de ações patrocinadas pelos(as) advogados(as) da CONTRATADA.

2.1.5. Local e horário da prestação dos serviços:

2.1.5.1. Os serviços serão realizados na sede da CONTRATADA ou nos locais por esta indicados a depender da natureza da atividade ou diligência a ser realizada, sendo que todos os custos decorrentes dessas ficarão a encargo da CONTRATADA;

2.1.5.2. O resultado dos trabalhos deverá ser apresentado à CONTRATANTE nos prazos previstos nos itens 2.1.3.5 e 2.1.3.6, por e-mail para conjur@ceitec-sa.com e e-mails adicionais oportunamente indicados e anexados à pasta de arquivos (que será compartilhada em momento oportuno pela CONTRATANTE)

2.1.5.3. O envio dos trabalhos/documentos deverá se dar exclusivamente em dias úteis, em horário comercial (8h às 18h), considerando ainda o calendário de feriados da CEITEC, salvo hipóteses excepcionais decorrentes da natureza da medida (ex: necessidade de interposição de

recurso em regime de plantão), o que deverá ser previamente justificado e ajustado entre a CONTRATANTE e CONTRATADA

2.1.5.4. Quaisquer trabalhos remetidos após o horário previsto serão considerados recebidos somente no dia útil seguinte;

2.1.5.5. O escritório contratado deverá realizar mensalmente, de forma periódica, reunião de alinhamento PRESENCIAL com a Consultoria Jurídica interna da CEITEC, devendo comparecer na sede da empresa (Estrada João de Oliveira Remião nº 777 – Lomba do Pinheiro – Porto Alegre / RS), em dia e horários a serem combinados previamente, onde deverão comparecer o/a(s) advogado/a(s) representante(s) designados(as) para atuar nos processos da empresa, ou seja, profissionais devidamente instruídos e habilitados a participar ativamente da pauta estabelecida;

2.1.5.6. Ainda, a CONTRATADA deverá alocar 01 (um) profissional da equipe designada, que seja responsável pela condução dos processos da carteira da CEITEC, realizando os atos processuais, como peticionamento e audiências, bem como, para comparecer presencialmente por 01 (um) turno (manhã ou tarde) por semana na sede da empresa, e/ou sempre que necessário, mediante convocação prévia por parte da Consultoria Jurídica, para alinhamentos presenciais junto ao corpo jurídico da CEITEC, relacionados a matérias, teses e/ou provas relacionadas aos processos judiciais substabelecidos à CONTRATADA.

2.1.5.7. As teses defensivas a serem adotadas deverão ser previamente submetidas à apreciação e validação da CONTRATANTE, devendo, uma vez aprovadas, ser aplicadas de forma padronizada nos processos que versem sobre idêntico objeto, sem prejuízo das adequações necessárias em razão das particularidades de cada caso concreto.

2.1.5.8. As teses defensivas adotadas na condução dos processos deverão ser objeto de revisão periódica, com vistas à sua atualização e adequação à evolução jurisprudencial, legislativa e estratégica dos interesses da CONTRATANTE.

2.1.5.9. A CONTRATADA deverá submeter à apreciação da CONTRATANTE eventuais propostas de alteração, aprimoramento ou substituição das teses anteriormente aprovadas, sempre que identificada a necessidade de ajuste em razão de mudanças no entendimento dos tribunais, surgimento de novos precedentes relevantes ou especificidades decorrentes da prática processual.

2.1.5.10. A implementação de quaisquer modificações dependerá de prévia validação da CONTRATANTE, permanecendo obrigatória a observância das teses vigentes até que sobrevenha nova aprovação formal, sem prejuízo das adaptações pontuais exigidas pelas particularidades de cada caso concreto.

2.1.5.11. A CONTRATADA deverá comprovar a qualificação e o registro dos profissionais indicados na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos termos da legislação aplicável;

2.1.5.12. Após a análise prévia das peças processuais pela Consultoria Jurídica, os protocolos serão realizados diretamente no sistema eletrônico da Justiça do Trabalho (PJE, PDPI, ou qualquer outro...), devendo o escritório contratado manter login e domicílio eletrônico ativos e atualizados em todas as instâncias processuais, com a devida representação;

2.1.5.13. O tamanho e formato das peças e documentos que sejam exigidos para o protocolo, serão de responsabilidade da CONTRATADA, que deve adequar conforme a necessidade;

2.1.5.14. A CONTRATADA deverá orientar sempre que necessário o escritório contábil da CONTRATANTE quanto à melhor forma de atender às solicitações de cálculo (ex.: formato PJeCalc, etc...);

2.1.5.15. Os poderes à CONTRATADA serão outorgados por substabelecimento ou procuração específica, com ou sem reserva de iguais poderes, a depender do caso;

2.1.5.16. Além do preço ora ajustado pelo contrato, não serão devidos pela CONTRATANTE quaisquer outros honorários à CONTRATADA, pela execução dos serviços prestados neste Termo de Referência;

2.1.5.17. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União, à CEITEC ou demais entidades públicas e/ou privadas, devendo ressarcir o dano em sua integralidade, se restar comprovado que o mesmo se deu em razão de imprudência ou imperícia/falha na prestação dos serviços por parte da CONTRATADA.

2.1.6. A demanda da CEITEC tem como base as seguintes características:

2.1.6.1. Atualmente o contencioso trabalhista possui em média 205 (duzentos e cinco) processos individuais, contabilizando processos de colaboradores, ex. colaboradores e mão de obra terceirizada, e 09 (nove) processos coletivos, ajuizados pelo Ministério Público do Trabalho e Sindicatos;

2.1.6.2. A quantidade da base processual acima mencionada poderá sofrer alterações para mais ou para menos, em decorrência do ajuizamento de novas ações, trânsito em julgado e/ou arquivamento;

2.1.7. Itens de Sustentabilidade Ambiental:

2.1.7.1. Compete à Contratada, no que couber, atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente;

2.1.7.2. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab pelos eventuais prejuízos causados à CEITEC.

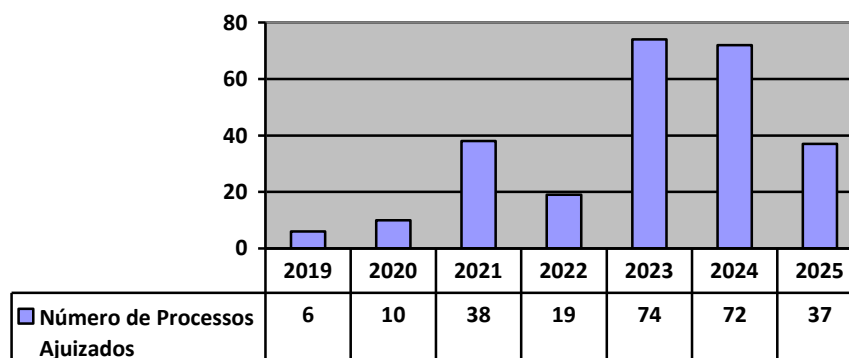
3. FUNDAMENTOS QUANTITATIVO E QUALITATIVO DOS SERVIÇOS

3.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – “O QUE”:

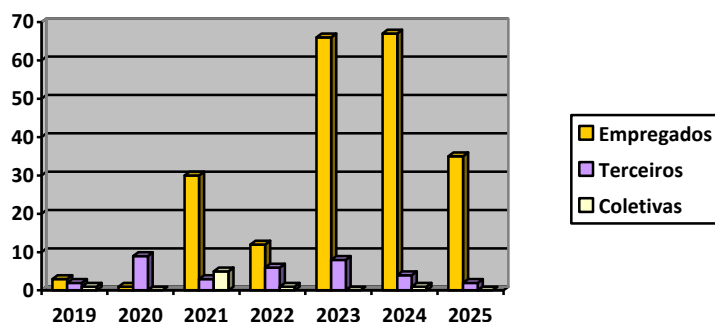
3.1.1. Contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços técnicos de natureza jurídica, sob demanda, para prestação de serviços jurídicos especializados em direito e processo do trabalho e atuação perante a Justiça do Trabalho em todas as instâncias e em todo território nacional, em ações trabalhista individuais, coletivas e plúrimas nas quais a CEITEC S.A seja parte, terceira ou interessada, independentemente da fase processual, visando uma atuação mais eficiente e exitosa na gestão dos processos e/ou riscos jurídicos da CEITEC, permitindo que equipe da Consultoria Jurídica possa atender de forma mais adequada às demandas internas, ao mesmo tempo em que mantém a qualidade na esfera contenciosa trabalhista.

3.2. QUANTITATIVO DEMANDADO – “QUANTO”:

3.2.1. O quantitativo foi alcançado com base no número de processos atualmente em trâmite na Justiça do Trabalho, ajuizados tanto de forma individual quanto coletiva, nos quais a CEITEC atua como parte, terceira ou interessada, e considerando também a estimativa de crescimento do acervo no decorrer da contratualidade, sendo que desde 2019 o contencioso trabalhista vem aumentando gradativamente. Para tanto, tomou-se como indício o comportamento histórico desde 2019, representado pelos gráficos abaixo:



(Gráfico 01 – Levantamento Anual do Contencioso Trabalhista)



(Gráfico 02 – Levantamento Anual do Contencioso Trabalhista)

3.2.2. Da análise dos gráficos acima colacionados, observa-se um expressivo aumento no número de ajuizamentos anuais de ações trabalhistas a partir de 2021, com intensificação especialmente desde 2023. Até o ano de 2019, o contencioso trabalhista da CEITEC S.A. era composto, em sua quase totalidade, por ações propostas por colaboradores terceirizados, nas quais a Companhia figurava, via de regra, apenas como responsável subsidiária.

3.2.3. Contudo, o cenário nacional revela uma tendência de crescimento consistente da litigiosidade trabalhista. Conforme dados estatísticos divulgados pelo Tribunal Superior do Trabalho, verifica-se aumento progressivo no número de novas reclamações trabalhistas a partir de 2023, indicando uma retomada do volume de demandas após o período de retração observado nos anos subsequentes à Reforma Trabalhista de 2017.

3.2.4. Além disso, segundo noticiado pela Folha de S.Paulo², a Justiça do Trabalho registrou novo recorde de ações judiciais, superando inclusive os patamares verificados após a implementação da Reforma Trabalhista. Na divulgação oficial dos dados referentes ao ano de 2025, a Justiça especializada informou o recebimento de aproximadamente 2,3 milhões de novas ações em âmbito nacional³.

3.2.5. No âmbito regional, destaca-se que o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, responsável pela jurisdição que abrange a localidade da sede da CEITEC, registrou cerca de 300 mil novas ações trabalhistas somente no ano de 2025, evidenciando a elevada demanda judicial na região.

3.2.6. Esse contexto demonstra que o aumento do quantitativo projetado para presente contratação não constitui fenômeno isolado da Companhia, mas está inserido em um movimento estrutural de

crescimento da litigiosidade trabalhista em nível nacional e regional, o que reforça a necessidade de monitoramento contínuo do contencioso, adoção de estratégias preventivas e aprimoramento dos mecanismos de gestão de riscos trabalhistas.

3.2.7. No mais, o salto no número de ações em que a Companhia é parte nos últimos 4 (quatro) anos evidencia, conforme demonstrado nos gráficos acima, que o processo de Liquidação ainda continua impactando o aumento dos processos trabalhistas, aumento este, já esperado, em razão das demissões ocorridas no período, bem como mudanças de gestão.

3.2.8. Ainda, mesmo após a reversão da Liquidação em novembro de 2023 a curva do gráfico em análise apresentou crescimento, de modo a evidenciar de forma clara que o ajuizamento de demandas judiciais trabalhistas não diminuiu ou estabilizou-se mesmo com a retomada das atividades operacionais, visto que seguem sendo ajuizadas ações cujos objetos relacionam-se direta ou indiretamente com o processo de Liquidação a que esteve submetida a empresa nos anos anteriores.

3.2.9. Após o início do processo de Liquidação (2021 e 2022), houve um aumento de mais de 50% em relação ao número de ajuizamentos dos anos anteriores (2019 e 2020), aumento que vem se consolidando, conforme levantamento dos anos de 2023 e 2024, não obstante a redução verificada em 2025.

3.2.10. Analisando as estatísticas e considerando o número atual total de ações trabalhistas, assim como a tendência de aumento já citada anteriormente, compreendendo ações individuais, coletivas e plúrimas, estima-se, que no decorrer da contratualidade o contencioso trabalhista poderá apresentar o reiterado aumento de até 50% do número atual de ações, o que totalizaria em média 350 processos individuais e 25 processos coletivos a serem acompanhados **por mês** pelo escritório contratado.

3.3. RESULTADO ESPERADO DA CONTRATAÇÃO:

3.3.1. Espera-se com esta contratação dar suporte à Consultoria Jurídica na atuação nos processos judiciais trabalhistas, visando manter o padrão de atuação, para que seja possível atender com êxito e brevidade todas as demandas do setor, incluindo as consultivas.

3.3.2. Acredita-se que a contratação deste serviço especializado garanta segurança jurídica e maior efetividade nos resultados dos processos judiciais em que a CEITEC é parte ou interessada.

3.4. RELATÓRIOS E/OU “ENTREGÁVEIS”:

3.4.1. A CONTRATADA deverá manter atualizadas todas as informações sobre as ações da CEITEC S.A sob seu patrocínio e encaminhar mensalmente em meio digital relatório pormenorizado.

3.4.1.1. O relatório acima mencionado servirá de base para a contabilização mensal de processos a serem pagos, e deverá ser submetido à revisão e concordância da Consultoria Jurídica da CEITEC, antes da emissão da Nota Fiscal referente aos serviços prestados no mês corrente;

3.4.1.2. O relatório deverá conter a data de repasse da ação ao escritório e a data de arquivamento dos processos baixados para melhor conferência da base de processos ativos e baixados do mês corrente;

3.4.1.3. O relatório deverá ser apresentado em formato .xls, conforme modelo disponibilizado pela CONJUR, sendo apresentado mensalmente juntamente com o envio da Nota Fiscal relativa ao mês de competência, contendo as seguintes informações quanto aos processos:

- I. Nome das partes;
- II. Número do processo;

- III. Vara judicial (número, comarca e Estado);
- IV. Data de ajuizamento;
- V. Valor da causa;
- VI. Indicação do valor envolvido na demanda, assim compreendido como o montante estimado de possível condenação da CEITEC, conforme avaliação técnica do advogado responsável pela carteira, considerando seu conhecimento em cálculos trabalhistas e as especificidades das matérias discutidas nos processos em que a CEITEC figure no polo passivo;
- VII. A partir da prolação da sentença, inclusão do valor da condenação provisória nela fixado;
- VIII. A partir da fase de liquidação, inclusão do valor da condenação apurado com base nos cálculos apresentados pela parte autora ou pelo perito contábil nomeado pelo Juízo.
- IX. Valor da custas, honorários advocatícios e/ou periciais quando já arbitrados;
- X. Fase processual atual;
- XI. Depósitos recursais/judiciais efetuados com valor e data;
- XII. Data de envio à CONTRATADA (início da prestação do serviço);
- XIII. Data de arquivamento (quando for o caso);
- XIV. Análise de risco de sucumbência, com apontamento do percentual de risco de sucumbência para cada pedido destacado na inicial, com base no exame do caso e da jurisprudência, devendo este ser readequado conforme o trâmite processual.
- XV. Última movimentação processual;

3.4.1.4. Para fins da classificação de risco de sucumbência, serão considerados, nesta ordem, os seguintes aspectos jurídicos:

- a) Existência de Súmulas vinculantes a respeito do tema;
- b) Existência de Súmulas dos Tribunais Superiores e/ou orientações jurisprudenciais - OJ do Tribunal Superior do Trabalho sobre o tema;
- c) Existência de acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal - STF, pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ ou pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST em julgamento de recursos repetitivos sobre o tema;
- d) Entendimentos firmados em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência sobre o tema;
- e) Jurisprudência atualizada dos tribunais superiores, dos tribunais regionais e de justiça, nesta ordem, sobre o tema;
- f) Sentenças proferidas pelas Varas (Federais, Cíveis e do Trabalho) de casos análogos em que a CONTRATANTE tenha figurado como parte;
- g) Artigos expressos de Lei;
- h) Entendimentos doutrinários a respeito do tema; e
- i) Outros aspectos jurídicos, técnicos, probatórios e/ou factuais, considerados relevantes.

3.4.1.5. Quando solicitado pela Consultoria Jurídica da CONTRATANTE, deverá ser apresentado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo escritório contratado, Nota Explicativa de Probabilidade de Sucumbência registrada na listagem, em relação ao processo indicado, contendo a indicação dos aspectos jurídicos considerados para a classificação do risco de sucumbência.

4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A despesa com a execução do objeto é estimada em **R\$ 591.000,00 (quinhentos e noventa e um mil reais)**

Se previstos serviços distintos, é necessário que estes sejam prestados pelo mesmo fornecedor?	Não ()	Sim (x)	Sim (), apenas os itens: XX,XX,XX,...
--	---------	---------	--

Em caso positivo, apresentar justificativa detalhada do agrupamento.

Embora os itens 1 (processos individuais) e 2 (processos coletivos) apresentem diferenças quanto à complexidade, abrangência e repercussão financeira — o que justifica sua segregação para fins de mensuração adequada de quantitativos e formação de preços —, ambos integram um mesmo escopo de atuação jurídica trabalhista, **exigindo uniformidade técnica, estratégica e operacional na condução dos serviços.**

A execução contratual demanda **atuação integrada**, com visão global do passivo trabalhista da contratante, padronização de teses jurídicas, alinhamento estratégico e compartilhamento contínuo de informações, **fatores que restariam prejudicados caso houvesse a atuação de múltiplos fornecedores.** A eventual fragmentação da execução poderia acarretar riscos à coerência das defesas, divergência de entendimentos jurídicos, retrabalho e aumento de custos indiretos, além de comprometer a eficiência e a efetividade da prestação dos serviços.

Ademais, a condução simultânea de processos individuais e coletivos por um único contratado favorece a otimização da gestão contratual, a centralização da interlocução, o ganho de escala e o melhor controle dos resultados, especialmente diante da interdependência que frequentemente existe entre essas demandas.

Dessa forma, embora os itens sejam mantidos separados para fins de organização, precificação e melhor detalhamento do objeto, a adjudicação deverá ocorrer de forma global, a um único fornecedor, como medida que

Será prevista a renovação do prazo previsto no(s) item(ns), limitado ao disposto no art. 71 da Lei 13.303/2016?	Não ()	Sim (X)
---	---------	---------

Em caso positivo, descrever os elementos que caracterizam o serviço a ser contratado como renovável e complementar as informações abaixo (item “VIGÊNCIA CONTRATUAL”)

Prestação de serviços recorrentes, sob demanda.

O serviço contratado será executado de forma integral ou sob demanda?	Total ()	Sob demanda (X)
Sob Demanda: <u>descrever</u> a forma da demanda:		
A demanda será caracterizada e mensurada a partir do efetivo repasse do processo à CONTRATADA, o qual se dará mediante envio de comunicação ao endereço eletrônico previamente definido entre as partes. A partir do referido envio, considerar-se-á formalizado o acionamento da CONTRATADA para fins de início da prestação dos serviços correspondentes.		

5. JUSTIFICATIVA DA DEMANDA DOS SERVIÇOS

5.1. MOTIVO DA DEMANDA – “O PORQUÊ”:

5.1.1. Estima-se que tal contratação é necessária pois permitirá um ganho de eficiência na gestão dos riscos jurídicos da CEITEC, permitindo que a diminuta equipe que compõe atualmente a Consultoria Jurídica possa atender de forma mais adequada às demandas da empresa, tanto contenciosas quanto consultivas.

5.1.2. O corpo jurídico interno da CEITEC, composto por advogados empregados da própria empresa, está sobrecarregado com demandas consultivas, de apoio jurídico e operacional dos órgãos diretivos e demais questões administrativas diárias. Essas profissionais não possuem a estrutura necessária para lidar de maneira eficaz com a complexidade e o volume de litígios trabalhistas, visto que o orçamento atual da CEITEC não permite sequer a aquisição de softwares de gestão de processos, necessários para o quadro atual de ações das quais a CEITEC é parte. O tempo e os recursos limitados impedem que as advogadas internas se dediquem adequadamente às demandas contenciosas, que exigem especialização, atenção contínua e resposta ágil.

5.1.3. Conforme o item que descreve o quantitativo de processos a ser considerado no item 3.2, nos Gráficos indicativos da evolução do quadro geral de ações trabalhistas, observa-se um aumento gradativo no número total de ações que estão a cargo da Consultoria Jurídica. Em contraposição a este crescimento, verifica-se a redução no quadro de advogados e colaboradores da Consultoria Jurídica, que, exemplificativamente, em fevereiro de 2017 contava com 04 advogados, 02 estagiários e o 01 Superintendente Jurídico. Em fevereiro de 2025, com a retomada das atividades operacionais ocorridas após o período em que a empresa esteve em processo de liquidação, o quadro atual conta com 03 advogadas, sendo uma destas ocupante do cargo de Superintendente Jurídica; e 01 Técnica Administrativa Operacional. Nesse compasso, verifica-se que a crescente demanda no contencioso trabalhista face à redução do quadro de colaboradores da Consultoria Jurídica é outro fator a ser considerado como motivação da pretendida contratação.

5.1.4. Destaca-se que as atividades a serem desenvolvidas pela contratada são suplementares e restritas à área trabalhista, pois todas as demais questões legais permanecem sob o comando da Consultoria Jurídica da CEITEC.

5.1.5. Ainda, é preciso observar que as advogadas internas, sendo empregadas da CEITEC, podem enfrentar situações de conflito de interesses ao defender a empresa em litígios trabalhistas, especialmente quando envolvem ações coletivas das quais as próprias empregadas poderão ser beneficiadas (exemplo, casos em que o Sindicato vindica o pagamento de reajustes a todos os empregados). Para garantir a imparcialidade e a independência na condução desses processos, é crucial contar com um escritório externo especializado. Essa medida assegura que a defesa da CEITEC não seja comprometida por interesses pessoais ou internos, respeitando ainda as questões de ordem ética previstas no Estatuto da OAB, bem como promovendo uma gestão ética e transparente dos litígios.

5.1.6. Deve ser considerado, ainda, que escritórios de advocacia especializados em direito do trabalho possuem o conhecimento técnico e a experiência necessária para lidar com questões trabalhistas complexas. Esses profissionais estão constantemente atualizados com as mudanças na legislação trabalhista e nas interpretações jurisprudenciais, o que é essencial para a elaboração de estratégias de defesa eficazes. A experiência acumulada em casos semelhantes também oferece uma vantagem significativa na condução dos processos, aumentando as chances de sucesso para a CEITEC.

5.1.7. Assim sendo, ao contratar um escritório externo, a CEITEC pode otimizar a utilização de seus recursos internos, permitindo que a equipe jurídica se concentre em outras áreas estratégicas da agência. Essa externalização promove uma gestão mais eficiente das demandas jurídicas, garantindo que cada caso seja tratado com o rigor necessário, sem sobrecarregar os advogados internos.

5.1.8. A presente contratação atende às necessidades atuais da CEITEC, que manterá o acompanhamento dos processos judiciais de forma zelosa.

5.2. ÁREAS/DEPARTAMENTOS QUE DEMANDAM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

5.2.1. CONJUR (Superintendência Jurídica).

5.3. HISTORICO DE AQUISIÇÕES DESSE PRODUTO/BEM E SUA IMPORTÂNCIA:

5.3.1. Contratações desta natureza já foram realizadas anteriormente e são de suma importância para garantir a atuação exitosa da equipe jurídica da CEITEC, atualmente reduzida.

5.4. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO:

5.4.1. Melhor atuação nos processos trabalhistas e agilidade nas medidas judiciais pertinentes;

5.4.2. Além dos benefícios diretos, acredita-se que a contratação apresentará como benefício indireto a possibilidade de redução do número de processos e redução do passivo judicial no longo prazo, frente à atuação conjunta do Corpo Jurídico da CEITEC com a CONTRATADA.

5.5. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE:

5.5.1. Conforme PCA (Plano de Compras Anual) 2026.

5.6. OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS COM ESSA CONTRATAÇÃO:

5.6.1. Maior êxito nos processos judiciais trabalhistas da empresa;

5.6.2. Redução no passivo da empresa, a longo prazo, visando atender ao Planejamento Estratégico (ciclo 2025-2029), nos termos do OE 03, propiciando atingir equilíbrio financeiro (receitas e despesas) da empresa;

5.6.3. Atuação especializada, de modo a garantir conhecimentos atualizados e efetivos acerca dos temas pleiteados nas ações;

5.6.4. Mais agilidade na atuação do setor Jurídico;

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE

6.1. A LICITANTE deverá fornecer Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido satisfatoriamente serviços compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação.

6.1.1. O Atestado deverá conter: Nome do responsável pela empresa/órgão público emitente, nº do CNPJ e telefone válido para contato. Serão efetuadas diligências para confirmar os dados e os serviços descritos no atestado/declaração. Caso não seja possível a confirmação das informações por falta de dados ou qualquer outro motivo alheio à vontade do CEITEC, a LICITANTE será automaticamente desclassificada.

6.2. A LICITANTE deverá comprovar que preenche todos os requisitos previstos nos itens 2.1.3.8; 2.1.3.9; 2.1.3.10; 2.1.3.11; 2.1.5.5; 2.1.5.6; 2.1.5.7; e 2.1.5.8., apresentando os documentos conforme definido abaixo, sob pena de desclassificação.

6.2.1. Comprovação de equipe de 4 advogados devidamente escritos na OAB, devendo estes possuírem atuação profissional em pelo menos 03 (três) processos por ano nas áreas do direito objeto da contratação.

- a) Cópia da carteira da OAB ou certidão de inscrição ativa emitida pela Seccional da OAB correspondente, válida na data da proposta;
- b) Currículo profissional detalhado e assinado, contendo histórico profissional, vinculações anteriores e processos relevantes na carreira;
- c) Certidões emitidas por tribunais, órgãos públicos, ou declarações de clientes que demonstrem a atuação em processos judiciais trabalhistas;
- d) Declaração da empresa licitante informando a designação dos advogados que atuarão no contrato, vinculando-os à execução do objeto;

6.2.2. Ao menos 1 (um) advogado com inscrição na OAB/RS (principal ou suplementar):

- a) Certidão de inscrição da OAB/RS (pode ser principal ou suplementar), em nome de um dos 4 advogados já indicados na equipe.

6.2.3. Comprovação de profissional capacitado para conferência de cálculos trabalhistas:

- a) Certificado de conclusão de curso com carga horária superior a 30 horas, com conteúdo programático relacionado à conferência de cálculos judiciais trabalhistas, ou Diploma de especialização (pós-graduação lato sensu) com foco em liquidação de sentença trabalhista, cálculos judiciais ou execução trabalhista;
- b) Declaração da licitante designando esse profissional para a execução dessa atividade, podendo ser um dos advogados da equipe jurídica.

6.2.4. Para fins de comprovação do atendimento ao disposto no item 2.1.3.8, a CONTRATADA deverá apresentar, previamente à assinatura do contrato e sempre que solicitado pela fiscalização, documentação que evidencie a disponibilidade financeira mínima exigida, equivalente ao valor necessário ao adimplemento de, no mínimo, 4 (quatro) guias de depósito recursal e de custas processuais, considerando-se, para os depósitos recursais, o maior valor vigente do respectivo teto.

- a) Declaração da CONTRATADA, assinada por seu representante legal, atestando que se compromete a manter, durante toda a vigência contratual, a disponibilidade do valor acima referido, em observância aos eventuais reajustes anuais do teto dos depósitos recursais.

6.2.5. Para fins de habilitação técnica, a LICITANTE deverá comprovar o atendimento aos itens 2.1.5.5 a 2.1.5.8 mediante a apresentação dos seguintes documentos:

6.2.5.1. Quanto ao item 2.1.5.5 – Reuniões presenciais mensais:

a) Declaração formal de compromisso, assinada pelo representante legal, de que realizará reuniões presenciais semanais na sede da CONTRATANTE, com indicação de disponibilidade para comparecimento em Porto Alegre– Estrada João de Oliveira Remião, 777, Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS; e

b) Quando da contratação, indicação nominal dos profissionais que participarão das reuniões, acompanhada de comprovação de vínculo com a LICITANTE e com a carteira de processos da CEITEC (extrato de realização de peças, e-mails trocados com o jurídico interno, audiências realizadas na carteira, ata de reunião de alinhamento), ou seja, com a condução da demanda, devendo ser indicado o nome do profissional a ser validado pela CEITEC,

6.2.5.2.Quanto ao item 2.1.5.6 – Alocação de profissional e comparecimento semanal:

a) Declaração de que disponibilizará, no mínimo, 01 (um) profissional responsável pela condução da carteira, a ser validado pela Jurídico Interno da Ceitec, para realização das reuniões presenciais semanais ou sempre que convocado na sede da CONTRATANTE - Estrada João de Oliveira Remião, 777, Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS.

6.2.5.3 Quanto ao item 2.1.5.7 – Submissão e padronização de teses defensivas:

a) Declaração formal de ciência de que as teses defensivas serão previamente submetidas à validação da CONTRATANTE;

6.2.5.4. Quanto ao item 2.1.5.8 – Revisão periódica das teses:

a) Declaração formal de que realizará revisão periódica das teses defensivas;

b) A declaração deve ser acompanhada de descrição da metodologia a ser adotada para atualização jurídica (ex.: monitoramento jurisprudencial, reuniões técnicas, revisões internas periódicas, treinamento realizados, atualizações da equipe).

7. DA VISTORIA

7.1. Não se exigirá que o licitante realize vistoria no local da prestação dos serviços, tendo em vista a natureza do objeto.

8. VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogável por iguais e sucessíveis períodos, não ultrapassando o prazo de 5 (cinco) anos estipulado no artigo 71, caput, da lei 13.303/2016.

9. GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. O Mapa de Riscos e a Matriz de Riscos encontram-se devidamente elaborados e anexados ao processo, em conformidade com o padrão interno 4.220.027 – PD Matriz de Riscos, bem como com a relação de riscos identificados no âmbito do procedimento de contratação.

9.2. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será admitida exclusivamente nas hipóteses em que o evento ensejador seja atribuível à CONTRATANTE, ou nos casos de fortuito, força maior ou álea extraordinária, desde que devidamente comprovados. Em qualquer hipótese, a recomposição dependerá de requerimento formal e fundamentado da parte interessada, acompanhado dos elementos comprobatórios pertinentes, e estará sujeita à análise técnica e à decisão motivada da Administração.

Matriz de Riscos – Termo de Referência

RISCO IDENTIFICADO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	MITIGAÇÃO	IMPACTO (BAIXO/MÉDIO/ALTO)
Pesquisa de preços inadequada	Pesquisa de preços inadequada	CONJUR	Pesquisa com múltiplas fontes (mais de três orçamentos com empresas distintas) com comparação efetiva.	ALTO
Dimensionamento inadequado da demanda contratada	Quantitativos inadequados para fazer frente a demanda da CEITEC.	CONJUR	Levantamento histórico dos últimos 3 a 5 anos com validação estatística. Revisão técnica do Termo de Referência. Possibilidade de cláusula de ajuste. quantitativo, dentro dos limites da Lei e conforme variação relevante da demanda.	ALTO
Irregularidade Fiscal	Ausência de regularidade fiscal da contratada, com a ausência de certidões e/ou documentos que comprovem a aptidão da mesma.	GESTÃO CONTRATUAL	Requisição mensal de certidões negativas válidas e eventual sancionamento em caso de ausência.	BAIXO
Atraso no pagamento	Eventuais atrasos nos pagamentos das Notas Fiscais emitidas pela Contratante pelos serviços prestados.	SETOR FINANCEIRO	Observar os prazos contratuais e legais para encaminhamento dos pagamentos.	MÉDIO
Especificação técnica insuficiente do objeto	Descrição genérica ou incompleta dos serviços jurídicos trabalhistas.	CONJUR	Elaboração detalhada do escopo (contencioso, consultivo, audiências, relatórios, recursos, sustentação oral etc.).	MÉDIO
Ausência de previsão orçamentária suficiente	Inexistência ou insuficiência de dotação para suportar a contratação.	SETOR FINANCEIRO	Verificação prévia da disponibilidade orçamentária; reserva formal de recursos antes da publicação do edital.	ALTO
Planejamento inadequado do prazo contratual	Fixação de vigência incompatível com a continuidade do serviço jurídico.	CONJUR/GESTÃO CONTRATUAL	Justificativa técnica da vigência; análise da necessidade de contrato continuado.	MÉDIO

Mapa de Riscos – Cláusula Contratual

RISCO	PARTE RESPONSÁVEL	NÍVEL DE IMPACTO	PLANO DE MITIGAÇÃO
Descumprimento de prazos	CONTRATADA	ALTO	Acompanhamento técnico interno da CONJUR para suprir eventuais falhas na prestação do serviço e consequente sancionamento da Contratada.
Modificação no formato da prestação de serviços em decorrência de normativas, atos regulamentares ou determinações externas à contratação, incluindo alteração na modalidade de atendimento aos advogados, realização de audiências (presenciais, telepresenciais ou híbridas) e mudanças nas regras de acesso ao Poder Judiciário em sentido amplo.	CONTRATADA	ALTO	Realização de reuniões periódicas de alinhamento entre a equipe jurídica interna da CONTRATANTE e o escritório contratado; elaboração, pela CONTRATADA, de plano de adequação operacional imediato; atualização contínua quanto às normativas aplicáveis; revisão dos fluxos de trabalho e comunicação prévia sobre impactos operacionais sendo sua responsabilidade readequar a prestação de serviço.
Deficiência na fiscalização contratual	CONTRATANTE	MÉDIO	Designação formal de fiscal técnico e administrativo. Acompanhamento periódico das manifestações e relatórios. Registro de ocorrências e aplicação tempestiva de medidas contratuais.
Atraso no pagamento	CONTRATANTE	MÉDIO	Observância dos prazos legais e contratuais. Organização do fluxo interno de liquidação. Previsão contratual de atualização monetária conforme legislação aplicável.
Irregularidade fiscal superveniente da contratada	CONTRATADA	ALTO	Manutenção permanente da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária. Monitoramento interno de vencimento de certidões. Comunicação imediata em caso de intercorrências.
Perda de prazo processual	CONTRATADA	ALTO	Implementação de dupla conferência pela contratada. Equipe dedicada ao contrato. Plano de contingência para ausências ou falhas operacionais.
Qualidade técnica insuficiente das peças processuais	CONTRATADA	ALTO	Supervisão e fiscalização da CONJUR da CEITEC. Revisão técnica obrigatória antes do protocolo. Alinhamento prévio com a CONJUR quanto à estratégia processual.
Vazamento de dados ou incidente de segurança da informação	CONTRATADA	ALTO	Política formal de segurança da informação. Backup periódico. Controle de acesso a sistemas. Plano de resposta a incidentes cibernéticos.
Conflito de interesses	CONTRATADA	ALTO	Declaração formal de inexistência de conflito. Procedimento interno de verificação prévia antes de aceitar novas causas. Comunicação imediata à CONTRATANTE em caso de risco superveniente.
Aumento extraordinário da demanda processual	CONTRATANTE	MÉDIO/ALTO	Cláusula contratual prevendo mecanismos de reequilíbrio ou redimensionamento do escopo. Monitoramento periódico do volume de ações.
Mudança jurisprudencial relevante	CONTRATADA	MÉDIO	Atualização técnica contínua. Monitoramento dos Tribunais Regionais e do TST. Comunicação estratégica à CONTRATANTE sobre impactos financeiros e processuais.
Aplicação de sanções administrativas	CONTRATADA	ALTO	Cumprimento rigoroso das obrigações contratuais. Registro documental das atividades realizadas. Respostas tempestivas às notificações da fiscalização.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O Pagamento efetuado pela CONTRATANTE ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Departamento competente, sendo efetuada a retenção dos tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a legislação vigente. Nenhum pagamento será realizado pela CONTRATANTE sem que antes seja procedida à prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, e ou demais certidões negativas para verificação da regularidade fiscal da CONTRATADA. A nota fiscal/fatura, obrigatoriamente deverá ser destinada A/C ARQUIVO CENTRAL/PROTOCOLO”.

10.2. O reembolso das despesas excepcionais previstas e autorizadas nos itens 2.1.3.7 e 2.1.3.8 serão realizados através de Recibo de Reembolso, que deverá ser fornecido para encaminhamento ao setor Financeiro da CEITEC, que providenciará a restituição dos valores decorrentes.

11. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS

11.1. A CONTRATADA obrigar-se-á a entregar os serviços estritamente de acordo com as especificações constantes neste termo de referência, responsabilizando-se pelo refazimento total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos na execução ou estiver em desacordo com as especificações adotadas. O fiscal deve, quando for o caso, preencher o IMR (instrumento de medição de resultado) com ou sem glosa de fatura, para registro dos níveis de qualidade e aceite/atesto da prestação do serviço.

12. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1. A Fiscalização dos Contratos encontra-se regulada no Procedimento Operacional 3.225.002 – P.O. Execução de Contratos.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. Poderá ser admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da administração à continuidade do CONTRATO.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante que realizar as infrações previstas na lei 13.303/2016 será sancionada:

14.1.1. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do objeto ou, ainda, pelo não cumprimento das obrigações contraídas neste contrato, a contratante poderá aplicar, garantida a prévia defesa à contratada, as sanções previstas na lei 13.303/2016.

14.1.2. Também ficam sujeitos às penalidades do art. 83, inc. III da lei nº 13.303/2016, as empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

15. TERMO DE RESPONSABILIDADE

15.1. A veracidade e a adequação das informações, incluindo as de caráter técnico e de mercado, contidas neste Termo de Referência são de responsabilidade dos signatários e fundamentam a forma de definição do fornecimento e/ou contratação.

BÁRBARA CARVALHO BITTENCOURT
FISCAL TÉCNICA

MANUELA A. MARTINS ILHA
SUPERINTENDENTE JURÍDICA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO Nº 90.006/2026
PROCESSO N.º: 01213.003118/2026-02

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para a execução dos serviços conforme descrição abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD MENSAL	VALOR UNIT MENSAL R\$	VALOR TOTAL MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	1	Atuação jurídica integral em processos trabalhistas individuais , em todo o território nacional, em todas as fases de sua tramitação e em processos dependentes, quando houver.	Processo/ mês	350			
	2	Atuação jurídica integral em processos trabalhistas coletivos e plúrimos, em todo o território nacional, em todas as fases de sua tramitação, independentemente do número de substituídos e nos processo dependentes, quando houver.	Processo/ mês	25			
VALOR TOTAL ESTIMADO							

*Deverá ser observado que a CEITEC é beneficiada pelo PADIS – Decreto nº 6.233 de 11 de outubro de 2007 e deverão ser observados os anexos (produtos com suas NCM's).

*As empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior – Lei nº 12.546/2011 e Decreto nº 7.828/2012 deverão informar a CEITEC nesta Proposta de Preços.

A empresa _____ possui o benefício do Plano Brasil Maior – Lei nº 12.546/2011 e Decreto nº 7.828/2012?

Não ()	Sim ()
---------	---------

Nos preços acima propostos, estão inclusos todos os custos necessários para a execução dos serviços, objeto do Pregão em referência, como todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, e que influenciem na formação dos preços desta Proposta. Essa

proposta, ainda, compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega deste documento.

O prazo de validade da proposta é de ____ (_____) dias, contados da data de abertura do Pregão nº 90.006/2026. (Não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias.

O prazo de entrega dos serviços será de _____. (Não poderá ser superior ao indicado no Termo de Referência).

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a entregar o serviço no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:	CNPJ:	
IE:	IM:	
Endereço:	Tel/Fax:	
CEP:	Cidade:	UF:
Banco:	Agência:	C/C:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

NOME:	
CARGO:	
CPF	RG

Encaminhar juntamente com a proposta de preços o instrumento que habilita o representante legal a assinar o contrato.

_____, ____ de _____ de 20____.

(nome, assinatura e CPF do declarante)

ANEXO III – MINUTA CONTRATUAL**CONTRATO Nº XXXXXXXX****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA PÚBLICA
CEITEC – CENTRO NACIONAL DE
TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA S.A. E
A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

O CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA S.A – CEITEC S.A., empresa pública, com sede na Estrada João de Oliveira Remião, nº 777, Bairro Lomba do Pinheiro, Porto Alegre - RS, CEP 91.550-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.770.641/0001-89, neste ato denominada simplesmente CONTRATANTE, representada pelo Diretor Administrativo Financeiro, nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2023, publicado no Extrato da Ata de Reunião nº 145 do Conselho de Administração o Sr. José Messias de Souza, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob o nº ***.213.004-**, e pelo Superintendente, nos termos do Ato publicado no DOU nº 123, Portaria nº 7, do dia 25 de junho de 2024, pág. 07, seção 02, o Sr. Carlos Fernando Niedersberg, brasileiro, químico, inscrito no CPF sob o nº ***.940.620-**, e a empresa **XXXXXX inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXX em XXXXXXXX** doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **XXXXXXXXX**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **XXXXXXX**, expedida pela (o) **XXXXXXXXX**, e inscrito no CPF sob nº **XXXXXXX**, firmam este CONTRATO, conforme autorizado no **Processo nº 01213.003118/2026-02**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90006/2026**, que rege-se pela **Lei n.º 13.303/2016**, pelo **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEITEC** e demais legislações que regem a matéria, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este instrumento contratual tem por objeto a contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços jurídicos, sob demanda, especializados em direito e processo do trabalho, com atuação perante a Justiça do Trabalho em todas as instâncias e em todo território nacional, em ações trabalhistas individuais e coletivas nas quais a CEITEC S.A seja parte, terceira ou interessada, independentemente da fase processual, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

Este instrumento contratual está vinculado aos termos do **Pregão Eletrônico nº 90006/2026**, do qual é parte integrante o Edital, bem como seus anexos, independentemente de transcrição, vinculando-se, ainda, a proposta da CONTRATADA.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O valor da contratação é R\$ **XXX.XXX,XX** (valor escrito por extenso):

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD MENSAL	VALOR UNIT MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	1	Atuação jurídica integral em processos trabalhistas individuais, em todo o território nacional, em todas as fases de sua tramitação e em processos dependentes, quando houver	Processo/mês	350	R\$	R\$	R\$
	2	Atuação jurídica integral em processos trabalhistas coletivos e plúrimos, em todo o território nacional, em todas as fases de sua tramitação, independentemente do número de substituídos e nos processos dependentes, quando houver.	Processo/mês	25	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$	R\$

Subcláusula única. No valor acima descrito estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da entrega do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, substituições tributárias, diferenças de alíquotas tributárias regionais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 71 da Lei nº 13.303/2016.

Subcláusula primeira. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Subcláusula segunda. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, por acordo entre as partes, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses de execução do objeto, contados do início da vigência do contrato.

Subcláusula Primeira - O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou por outro índice que venha a substituí-lo, observadas as disposições do art. 5º do Decreto nº 1.054, de 07/02/1994 e demais normas legais aplicáveis

Subcláusula Segunda - Para a contagem dos 12 meses acumulados do índice, será utilizada a data da última proposta enviada para o início deste período.

Subcláusula Terceira - Com base na última proposta apresentada, datada em xx de xxxx de 20xx, o mês base para o início do prazo de contagem do índice de reajuste será xxxxx.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pelo **CONTRATANTE** em até 30 (trinta) dias corridos, após o Atesto pelo Fiscal Técnico competente, sendo efetuada a retenção dos tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a legislação vigente.

Subcláusula Primeira - A CONTRATADA, após a execução do serviço ou parcela deste, deverá enviar ao Fiscal Técnico do contrato, **minuta de faturamento**, para o **recebimento provisório** do serviço prestado.

Subcláusula Segunda - O Fiscal do contrato, em até 07 (sete) dias úteis, irá revisar os serviços prestados e analisar os requisitos técnicos, estando em acordo com o Termo de Referência, o Fiscal Técnico autorizará a emissão da Nota fiscal e **atestará em definitivo**, em um dia útil, e encaminhará ao Gestor de Contratos.

Subcláusula Terceira - A CONTRATADA deve efetuar a reparação do(s) serviço(s) que não atender (em) as especificações do objeto contratado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação.

Subcláusula Quarta - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os objetos possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.

Subcláusula Quinta - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

Subcláusula Sexta - Os pagamentos serão creditados em nome da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

Subcláusula Sétima - Nenhum pagamento será realizado pelo **CONTRATANTE** sem que antes seja procedida à prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade da **CONTRATADA**, além da comprovação de pagamento das remunerações de seus empregados e do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida.

Subcláusula Oitava - Constatada a situação de irregularidade da **CONTRATADA** junto ao SICAF, esta será advertida, por escrito, para que, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação junto ao Sistema.

Subcláusula Nona - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei nº 9.317/96 e sua sucessora, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Deverá ser observado que a CEITEC S.A é beneficiada pelo PADIS – Decreto nº 6.233 de 11 de outubro de 2007 e deverão ser observados os anexos (produtos com suas NCM's).

Subcláusula Décima - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA**, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o CEITEC.

Subcláusula Décima Primeira - As obrigações pagas com atraso serão atualizadas monetariamente desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Subcláusula Décima Segunda - Qualquer emissão ou cancelamento de faturamento/nota fiscal, só poderá ser realizado com a autorização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO

Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA OITAVA – DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

Caberá à **CONTRATADA**:

- I.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- II.** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- III.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- IV.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- V.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- VI.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- VII.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato;
- VIII.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- IX.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- X.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- XI.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- XII.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- XIII.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- XIV.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- XV.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- XVI.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XVII.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
- XVIII.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- XIX.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XX.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XXI.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 81, VI da Lei nº 13.303/2016;
- XXII.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

Caberá à **CONTRATANTE**:

- I.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- V.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- VI.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- VII.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- VIII.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - a. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- IX.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias;
- X.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- XI.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto desta licitação deverá ser executado no Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC S.A., situado na Estrada João de Oliveira Remião, 777, Bairro Lomba do Pinheiro – 91550-000 – Porto Alegre/RS, estritamente de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência deste CONTRATO e anexos, responsabilizando-se pelo pela troca/substituição total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos na entrega ou estiver em desacordo com as especificações adotadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução deste CONTRATO está definido no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento quanto ao perfeito cumprimento do objeto deste **CONTRATO** ocorrerá por conta da **CONTRATADA** e a fiscalização por conta da **CONTRATANTE**, que designará funcionário responsável, ao qual competirá acompanhar, controlar e avaliar a execução do **CONTRATO**, bem como dirimir as dúvidas que surgirem no seu curso.

Subcláusula Primeira – O Representante da **CONTRATANTE** anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao objeto deste Contrato, determinando sempre que necessário e conveniente às devidas providências, que visem a pronta correção de quaisquer irregularidades, desvios e/ou deficiências detectadas. As decisões e providências que ultrapassem a sua competência deverão ser encaminhadas, em tempo hábil, ao seu superior para adoção das medidas cabíveis.

Subcláusula Segunda – A fiscalização do **CONTRATANTE** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no fornecimento e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade daquele por violações a direitos de terceiros.

Subcláusula Terceira - O Fiscal da **CONTRATANTE** terá acesso a qualquer tempo aos registros dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

Subcláusula Quarta – A **CONTRATADA** ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pelo **CONTRATANTE**.

Subcláusula Quinta - A Fiscalização se reserva o direito de impugnar os trabalhos que não forem feitos a contento, ficando a **CONTRATADA** obrigada a refazê-los, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de **202X**, à conta da Nota de Empenho n.º **XXX**, de **XX** de **XXXX** de **202X**, devidamente apropriada no elemento de despesa **XXXXXX**, vinculado à atividade **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, da vigente Lei Orçamentária Anual.

Subcláusula Única – No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão por conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS DADOS BANCÁRIOS

Os dados bancários para depósito bancário da **CONTRATADA** são os seguintes: **Banco XXX**, Agência **XXX** e Conta Corrente **XXX-XX**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEITEC, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Subcláusula Primeira - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1. Advertência; quando praticada a conduta descrita na alínea “a” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
2. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

- a. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - b. Moratória de 1% (um por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - c. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" da cláusula décima quinta, de 1% a 5% do valor do Contrato.
 - d. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" da cláusula décima quinta, de 1% a 5% do valor do Contrato.
 - e. Para infração descrita na alínea "b" da cláusula décima quinta, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
 - f. Para infrações descritas na alínea "d" da cláusula décima quinta, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
 - g. Para a infração descrita na alínea "a" da cláusula décima quinta, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos, quando praticada as condutas descritas nas demais alíneas do subitem acima deste Contrato.

Subcláusula Segunda - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Subcláusula Terceira - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Regulamento Interno de Licitações e Contratos).
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Regulamento Interno de Licitações e Contratos).
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Subcláusula Quarta - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Subcláusula Quinta - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Subcláusula Sexta - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

Subcláusula Sétima - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Subcláusula Oitava - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Subcláusula Nona - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação conforme legislação vigente.

Subcláusula Décima - Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Subcláusula primeira - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, subsidiariamente, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se, subsidiariamente, os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Subcláusula segunda - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

Subcláusula terceira - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Subcláusula quarta - O contrato poderá ser extinto:

- a) caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- b) caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA MATRIZ DE RISCOS

O risco de ocorrência superveniente dos eventos listados na Matriz de Risco ora anexada serão assumidos pela Parte mencionada, à qual caberá tomar as medidas necessárias para sua gestão e cujos custos para não imputarão direito à reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA:

- a) Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da Lei nº 13.303/2016 e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

Subcláusula Primeira - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Subcláusula Segunda - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

Subcláusula Terceira - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação deste instrumento em seu sítio e por extrato, no Diário Oficial da União, conforme legislação vigente e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEITEC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONFIDENCIALIDADE

A CONTRATADA não deverá revelar nenhuma informação confidencial repassada pela CONTRATANTE. Estas informações só poderão ser repassadas às empresas afiliadas, empregados envolvidos nesta prestação de serviços, CONTRATANTES ou representantes autorizados da CONTRATADA que tenham necessidade de saber as informações relacionadas aos fins deste CONTRATO e que tenham firmado acordos de confidencialidade ou que estejam de qualquer outra maneira vinculadas por obrigações de confidencialidade no mínimo tão restritivas quanto às contidas no presente instrumento.

Subcláusula Primeira - Deverá ser considerada como informação confidencial, toda e qualquer informação escrita ou oral revelada à CONTRATADA, contendo ela ou não a expressão “CONFIDENCIAL”. O termo “Informação” abrangerá toda informação escrita, de qualquer outro modo apresentada, tangível ou

intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, designs, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, **CONTRATOS**, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros, doravante denominados “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS”, a que, diretamente ou através de seus diretores, empregados e/ou prepostos, venha a **CONTRATADA** ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiadas durante e em razão das tratativas realizadas e desse **CONTRATO**.

Subcláusula Segunda - As obrigações da **CONTRATADA** em relação às informações confidenciais decorrentes do presente **CONTRATO** deverão perdurar por um período de 03 (três) anos a contar da data em que a informação confidencial foi revelada, a menos que a **CONTRATADA** seja anteriormente liberada de tal obrigação pela **CONTRATANTE** por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – PROTEÇÃO DE DADOS

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Subcláusula Primeira - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Subcláusula Segunda - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Subcláusula Terceira - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Subcláusula Quarta - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Subcláusula Quinta - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Subcláusula Sexta - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

Subcláusula Sétima - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Subcláusula Oitava - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Subcláusula Nona - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

- a) Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

Subcláusula Décima - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

É eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre/RS – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste CONTRATO, que não possam ser compostos pela conciliação, de acordo com a Lei 13.303/2016.

Subcláusula Única - E assim, as Partes atestam a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Contrato, nos termos do artigo 219 do Código Civil, em meio eletrônico e assinado por ambas as partes por meio de assinatura eletrônica, conforme reconhecimento no §2º do artigo 10º, Medida Provisória 2.220-2, de 24 de agosto de 2011, juntamente com as testemunhas abaixo para que produza seus efeitos jurídicos.

Porto Alegre, **XX de XXXX de 2026.**

JOSE MESSIAS DE SOUZA
CEITEC S.A.

CARLOS FERNANDO NIEDERSBERG
CEITEC S.A.

XXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Testemunha 1: _____
Nome: _____
CPF: _____

Testemunha 2: _____
Nome: _____
CPF: _____

Anexo 01

Matriz de Riscos:

GOVERNO DO
BRASIL

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

BRASIL

GOVERNO DO

BRASIL

GOVERNO DO

BRASIL

GOVERNO DO
BRASIL

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada

Processo nº

01213.00318.2024-02

Objeto

Contratação de escritório de advocacia para prestação de serviços jurídicos, sob demanda, especializados em direito e processo do trabalho, com atuação perante a Justiça do Trabalho em todas as instâncias e em todo território nacional, em ações trabalhistas individuais e coletivas nas quais a CETEC S.A. seja parte, necesse ou interesse, independentemente da fase processual.

Requisitante

Bárbara Carvalho Rimecourt

Nº	Categoria	Tipo	Descrição do Risco	Consequência	Probabilidade	Impacto	Severidade	Ação	Resposta ao Risco	Responsável
1	Técnica	Negativo	Pesquisa de preços inadequada	Realização da pesquisa de preços inadequada	Baixa	Alto	Alta	Eliminar	Pesquisa com múltiplas fontes (mais de três orçamentos com empresas distintas) com comparação efetiva.	CONTR.
2	Técnica	Negativo	Dimensionamento inadequado da demanda contratada	Quantitativos inadequados para fazer frente a demanda da CETEC.	Baixa	Alto	Alta	Mitigar	Levantamento histórico dos últimos 3 a 5 anos com validação estatística. Revisão técnica do Termo de Referência. Possibilidade de cláusula de ajuste quantitativo, dentro dos limites da Lei e conforma variação relevante da demanda.	CONTR.
3	Administrativa	Negativo	Irregularidade Fiscal	Ausência de regularidade fiscal da contratada, com a ausência de certidões e ou documentos que comprovem a quitação da mesma.	Média	Baixo	Média	Eliminar	Requisição mensal de certidões negativas válidas e eventual sancionamento em caso de ausência.	GESTÃO CONTRATUAL
4	Financeira	Negativo	Atraso no pagamento.	Indevidência, juros ou multa.	Baixa	Médio	Média	Mitigar	Observar os prazos contratuais e legais para encerramento dos pagamentos.	SETOR FINANCEIRO
5	Financeira	Negativo	Ausência de previsão orçamentária suficiente	Insistência ou insuficiência de dotação para suportar a contratação	Média	Alto	Alta	Mitigar	Verificação prévia da disponibilidade orçamentária, reserva formal de recursos antes da publicação do edital.	SETOR FINANCEIRO
6	Técnica Administrativa	Negativo	Planejamento inadequado do prazo contratual	Fixação de vigência incompatível com a continuidade do serviço jurídico	Baixa	alto	Médio	Mitigar	Justificativa técnica da vigência; análise da necessidade de contrato continuado	CONTR. GESTÃO CONTRATUAL
7	Técnica	Negativo	Especificação técnica insuficiente do objeto.	Descrição genérica ou incompleta dos serviços jurídicos trabalhista.	Baixa	Médio	Média	Eliminar	Elaboração detalhada do escopo (conteúdo, consultivo, audiências, relatórios, recursos, sustentação oral etc.).	CONTR.

Elaboração:

Maria Gabriela

Aprovação:

Manoel Ilha



A 220 027 RD Matriz de Riscos R02

CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 114/E DE 02 DE AGOSTO DE 2018 E DECRETO FEDERAL Nº 8539, ART, 7 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://proton.ceitec-sa.com/cadastrousuarioexterno/verificacao.aspx> INFORMANDO O CÓDIGO: 98169BF3